

# Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos Correspondência, 1880-1905<sup>1\*</sup>

LESLIE BETHELL e JOSÉ MURILO DE CARVALHO

UM DOS ASPECTOS menos estudados da luta de Joaquim Nabuco contra a escravidão é sua relação com os abolicionistas britânicos. Essa relação aparece em geral como algo secundário, como um recurso para cobrir os intervalos em que ele era excluído da Câmara. As 110 cartas incluídas neste livro, trocadas entre ele e os abolicionistas britânicos, indicam coisa diferente. O contato entre eles significou uma parceria buscada conscientemente por Nabuco com a finalidade de expandir a arena da luta para o cenário internacional. Melhor dito, para o centro da economia e do poder mundial na época. Como mostram as cartas, a tática foi plenamente exitosa.

## Nabuco e a escravidão

Não por acaso, o contato de Nabuco com os britânicos verificou-se em 1880, logo depois que ele, como deputado, decidiu envolver-se na campanha abolicionista. Foi um discurso seu na Câmara que despertou o interesse externo. Antes de 1879, Nabuco não mostrara disposição nem para a política, nem para a luta contra a escravidão. É muito conhecido o capítulo de *Minha formação* intitulado “Massangana”, em que ele descreve sua visita em 1869 à capela do antigo engenho em Pernambuco que fora propriedade de sua madrinha e onde se criara. Tinha ele então vinte anos. Entrou no pequeno cercado que servira de cemitério para os escravos. Entre as cruzes que marcavam os túmulos, deixou-se levar pelas reminiscências dos tempos de infância e evocou pelos nomes muitos dos cativos que conhecera. Registrou no livro: “Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória”. E logo a seguir acrescentou:

e então ali mesmo, aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade... (Nabuco, 1999)

*Minha formação* foi escrito entre 1893 e 1899 e publicado em 1900, 31

\* Capítulo de Introdução do livro *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)*, organizado pelos autores e publicado em 2008 pela Topbooks (RJ) e ABL (RJ).

anos depois do episódio descrito. A versão aí oferecida para a origem da decisão de dedicar a vida à luta antiescravista é uma construção posterior, dessas tão comuns em autobiografias, destinadas a reescrever a própria história.<sup>2</sup> Não há em sua correspondência e em seu diário nenhuma indicação de que a decisão foi tomada antes de 1879, após a morte do pai. Acresce-se a isso o fato de que visitou a capela do engenho Massangana um ano antes de completar o texto *A escravidão*. Ora, as motivações apresentadas para combater a escravidão em *A escravidão*, escrito em 1870, em *O abolicionismo*, de 1883, e nas cartas aos abolicionistas britânicos são totalmente distintas das encontradas em *Minha formação*. Nos três primeiros textos, a escravidão é combatida com os mesmos argumentos usados por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1823: ela é um crime, um atentado à civilização e ao progresso econômico e político, é a responsável pelo atraso do país, um obstáculo à construção nacional. São razões cívicas, públicas. Em *Minha formação*, ao contrário, a “querida e abençoada memória” da infância interfere em sua reconstrução do passado ao ponto de dar à campanha e à sua decisão de nela se empenhar uma característica moral e sentimental. O motor de sua decisão é aí o sofrimento dos “santos pretos”, que, além de perdoar a seus senhores, até lhes agradeciam. Não por acaso, menciona aí ter lido mil vezes o sentimental *A cabana do Pai Tomás*. As leituras que inspiraram a campanha foram bem outras, provinham dos grandes abolicionistas ingleses e norte-americanos. Em suas reminiscências, Nabuco parece pedir desculpas a Garrison e John Brown por fazer a confissão quase escandalosa de ter saudade do escravo.

Isso não significa que Nabuco não se interessasse antes pela escravidão e não se opusesse a ela. Ao deixar o engenho da madrinha em 1857 aos oito anos, por motivo da morte dela, ele foi para o Rio de Janeiro, onde completou os estudos secundários no Colégio Pedro II. Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. A essa altura, já caíra na esfera da forte influência do pai, José Thomaz Nabuco de Araújo. O senador Nabuco era um dos poucos políticos da época contrários ao tráfico e à escravidão. Como ministro da Justiça (1853-1857), tinha sido responsável pela firme repressão das últimas tentativas de importar escravos. Na década de 1860, representou um papel preeminente na elaboração da primeira legislação voltada para a abolição da escravidão no Brasil, a Lei do Ventre Livre (1871). Em 1865, o imperador Dom Pedro II dera início à discussão do problema solicitando a seu jurista preferido, o senador Pimenta Bueno, futuro marquês de Visconde de São Vicente, que esboçasse uma legislação abolicionista. Em janeiro de 1866, o senador apresentou cinco anteprojetos, entre os quais se destacava o da libertação dos nascituros. Foram levados logo a seguir ao gabinete chefiado pelo marquês de Olinda, onde não encontraram apoio. A razão (ou desculpa) principal apresentada para a resistência foi que o Brasil estava envolvido na guerra contra o Paraguai.

Provocado, no entanto, por um apelo da Junta Francesa de Emancipação dirigido ao imperador a favor da abolição em julho de 1866, o governo liberal-

progressista de Zacarias de Góis e Vasconcelos respondeu em agosto, com uma carta rascunhada pelo imperador. A resposta provocou comoção política ao afirmar que “a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico é, portanto, apenas uma questão de forma e oportunidade”. A afirmação foi repetida na Fala do Trono em maio de 1867. Nesse meio tempo, os projetos de Pimenta Bueno foram apresentados ao Conselho de Estado de que o senador Nabuco fazia parte. O senador aliou-se aos conselheiros favoráveis às medidas e foi nomeado presidente de uma comissão encarregada de consolidar os projetos.

Em julho de 1868, no entanto, o imperador, preocupado com o andamento da guerra, aproveitou a saída de Zacarias para fazer uma traumática mudança de partidos, chamando o conservador visconde de Itaboraí. O senador Nabuco liderou a reação ao que chamou de golpe de Estado e ajudou a fundar o jornal *A Reforma*, com programa mais radical do que o dos progressistas. Um dos itens do novo programa era a emancipação do elemento servil. Em 1869, o Centro Liberal, liderado por Nabuco, inovou ao ser a primeira associação política a incluir o tema da emancipação em seu programa. Mas o gabinete de Itaboraí opôs-se a qualquer discussão dos projetos abolicionistas e o tema do “elemento servil” foi engavetado pelo governo pelos próximos dois anos.

Enquanto o pai se envolvia na luta abolicionista no Senado e no Conselho de Estado, o filho convivia em São Paulo com Castro Alves que empolgava as plateias declamando poesias abolicionistas. O ambiente estudantil era francamente hostil à escravidão. Em 1869, Nabuco transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde a atmosfera não era tão favorável às ideias abolicionistas. Mesmo assim, escreveu um texto intitulado *A escravidão*, que não chegou a publicar, de que apenas duas partes – “O crime” e “A história do crime” – foram redigidas. A terceira, “A reparação do crime” não foi escrita.<sup>3</sup> Seu maior triunfo em Recife foi a defesa de um escravo acusado de assassinato e que já fora condenado à morte em primeira instância. Assumir tal defesa numa terra de grandes senhores de engenhos, alguns deles parentes de sua mãe, foi, sem dúvida, um ato de coragem para o estudante de 20 anos. Na defesa do réu, revelou pela primeira vez seus dotes oratórios, reforçados por sua imponente presença física. Conseguiu que o réu fosse condenado a galés perpétuas, escapando da forca. Nabuco acompanhava também com orgulho a atuação do pai contra a escravidão. Escreveu-lhe revelando o desejo de o ver presidente do Conselho de Ministros por dois dias com a única finalidade de abolir ditatorialmente a escravidão e tornar-se, desse modo, o Lincoln brasileiro (Nabuco, 1928, p.36-7).

Formado em 1870, aos 21 anos, Nabuco regressou ao Rio de Janeiro ainda a tempo de ouvir no ano seguinte os discursos do pai no Senado em defesa do projeto de lei do Ventre Livre, apresentado pelo gabinete conservador do visconde do Rio Branco. Segundo informa em *Minha formação*, por essa época ajudava o pai traduzindo-lhe documentos publicados no *Anti-Slavery Reporter*, revista publicada pela Anti-Slavery Society de Londres. A lei foi sancionada em

28 de setembro de 1871. Sua aprovação se deu após a mais longa e acalorada discussão havida no Parlamento imperial, quando o imperador se encontrava na Europa em sua primeira viagem ao exterior. No Senado e no Conselho de Estado, Nabuco de Araújo manteve sua coerência liberal defendendo o projeto de um gabinete conservador. A passagem da lei, apesar de seu caráter moderado, acarretou uma moratória de oito anos no debate parlamentar sobre a escravidão. A moratória só foi rompida em 1879, quando Joaquim Nabuco ingressou na Câmara.

Nos primeiros tempos após a formatura, o tema da escravidão não era para ele uma preocupação central. Opunha-se, por certo, à escravidão, mas não decidira dedicar-se de corpo e alma, em tempo integral, à sua destruição. O jovem bacharel parecia mesmo inseguro sobre que caminho tomar na vida. Tentou a advocacia no escritório do pai, mas abandonou a profissão após primeira causa que defendeu. Experimentou o jornalismo e a literatura, escrevendo para o jornal *A Reforma*, onde defendia causas liberais, com ênfase nos temas da separação entre Igreja e Estado. Em 1872, publicou seu primeiro livro, sobre Camões e os *Lusíadas*, e outro em francês sobre o direito de assassinar, uma polêmica com Alexandre Dumas, filho.

Neste último ano, herdou um engenho de fogo morto pertencente à sua madrinha. Vendeu-o e decidiu usar o dinheiro para viajar pela Europa. Partiu em agosto de 1873 e lá permaneceu até setembro do ano seguinte, a maior parte do tempo na Itália e na França, onde publicou outro livro em francês intitulado *Amour et Dieu*. Em Londres, permaneceu durante o mês de junho de 1874. Participou de três jantares na residência de Penedo, representante do Brasil. Em setembro, estava de volta ao Brasil.

Continuou sem rumo certo até abril de 1876, quando ingressou na carreira diplomática ao ser nomeado adido à legação brasileira em Washington. Chegou à capital norte-americana em 1º de janeiro de 1877. O trabalho não parecia ser pesado porque são dessa época as mais longas anotações do diário. Teve tempo também para terminar outro livro em francês, *L'option*, um drama sobre a disputa franco-alemã pela Alsácia. Ficou pouco tempo no posto. Em outubro, partiu para a Inglaterra para onde fora transferido e que era o lugar de sua preferência. Chegou a Londres no mesmo mês e assumiu o novo posto. Mas em abril de 1878 já partia de volta ao Brasil em razão da morte do pai, que se verificara em 19 de março. Em janeiro desse ano, os liberais tinham voltado ao poder depois de uma década de domínio conservador.

### **Nabuco, Londres e o barão de Penedo**

Pelo que se lê no *Diário* de 1874, a cidade de Londres não parece tê-lo impressionado muito. Não há diário para sua segunda permanência na cidade em 1878. Mas Londres ocupa dois capítulos de *Minha formação*, e a influência britânica sobre o autor, mais dois. Apesar de sua formação, e a de toda a sua geração, ter sido muito mais voltada para a França, e ser o francês para ele quase

uma segunda língua, é para Londres que pendia seu coração. “A grande impressão que recebi não foi Paris, foi Londres. Londres foi para mim o que teria sido Roma, se eu vivesse entre o século II e o século IV”, escreveu em *Minha formação*. Londres era a cidade universal, a metrópole imperial, majestosa, tranquila, segura de si. Na comparação com a exuberância artística de Paris, concluiu: “O fato é que amei Londres acima de todas as outras coisas e lugares que percorri”. Mais ainda “volto da Inglaterra, tendo pela primeira vez falado inglês com todo o mundo, fascinado por Londres, tocado por um começo de anglomania”. E cita longamente os encantos da cidade, os parques, a arquitetura, os grandes edifícios, as ruas, as praças, o Tâmsa.

O segundo capítulo sobre Londres limita-se a um endereço, 32 Grosvenor Gardens. Tratava-se da residência do ministro brasileiro na Grã-Bretanha, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, barão de Penedo. Carvalho Moreira foi um dos mais destacados diplomatas do Segundo Reinado. Era filho de senhor de engenho alagoano, estudara na Faculdade de Direito de Recife e terminara o curso na de São Paulo. Depois de breve passagem pela política, militando no Partido Conservador, foi nomeado ministro plenipotenciário nos Estados Unidos em 1851. Em 1855, foi transferido para Londres como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Com algumas poucas interrupções, a maior delas entre 1863 e 1866, causada pelo rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, Carvalho Moreira permaneceu em Londres como ministro brasileiro até 1888, monopolizando o posto, fosse conservador ou liberal o gabinete.

No século XIX, a legação em Londres era de longe a mais importante para o Brasil. O ministro brasileiro que a dirigia controlava todos os pagamentos brasileiros no exterior e era ele também quem negociava os empréstimos brasileiros com os Rothschild, banqueiros quase oficiais do Império. O barão de Penedo, título conferido em 1864, negociou sozinho seis desses empréstimos. Tornou-se um financista e hábil negociador e fez amizade com boa parte da sociedade londrina, aí incluídas figuras da casa real, como o príncipe de Gales, futuro rei Eduardo VII, e o banqueiro Lionel Rothschild, frequente hóspede em sua casa. Com o príncipe de Gales, Penedo costumava participar de excursões amorosas a Londres e Paris. O endereço 32 Grosvenor Gardens, existente até hoje, para onde deslocou a legação em 1873, era ponto de encontro da mais fina aristocracia londrina, um dos poucos a ter o privilégio de receber a realeza. Somente o aluguel do prédio lhe custava 1.400 libras por ano, a metade de seus vencimentos de ministro que eram de 2.800 libras.<sup>4</sup>

Em sua mansão, Penedo costumava oferecer grandes banquetes e recepções, às vezes para mais de 60 convidados. Recebeu Dom Pedro II quando esse visitou a cidade pela segunda vez em 1876. O austero imperador não se furtou a observar que o ministro gastava muito, forçando Penedo a explicar a origem dos recursos. Um dos pontos altos de 32 Grosvenor Gardens era o *chef* Cortais, ex-empregado do grão-duque da Rússia. Apesar de suas pequenas espertezas

com o dinheiro da legação, Cortais conquistava todos os convidados com suas iguarias. Nabuco nunca delas se esqueceria. Como registra Carolina Nabuco, já embaixador em Washington, ele escreveu à viúva de Penedo falando dos tempos saudosos de Londres e dos banquetes diários preparados por Cortais.

Embora filho de senhor de engenho, os recursos para a manutenção de uma vida luxuosa em Londres lhe vinham de outras fontes. Era costume na época pagar-se comissão, em geral de 2%, aos negociadores de empréstimos. Quando a comissão não constava dos contratos, os agentes financeiros costumavam presentear informalmente os negociadores. Penedo recebeu vários “presentes”, como os chamava, de Lionel Rothschild. Confessou certa vez que 200 mil libras tinham “passado” por suas mãos, isto é, vieram de Rothschild e foram aplicadas nas despesas da legação. Era dessa fonte, e das aplicações financeiras que fazia com a ajuda do banqueiro, que tirava os recursos para manter o alto padrão de vida da legação.

Em 32 Grosvenor Gardens, Nabuco encontrou sempre acolhida carinhosa em todas as suas estadas em Londres, como turista, como adido à legação ou como propagandista da abolição. Penedo recebia-o com cuidados quase paternais, talvez em parte pelo fato de ter sido Nabuco colega de um filho de Penedo, Artur, na Faculdade de Direito de São Paulo e de ter sido o próprio Penedo colega de Nabuco de Araújo na faculdade do Recife. O ministro dava-lhe pouxada, facilitava-lhe contatos profissionais, conseguia-lhe consultorias jurídicas e até mesmo emprego de correspondente do *Jornal do Commercio*, quando, já fora da diplomacia, nos anos 1880, necessitava de recursos para sobreviver em Londres. Em Grosvenor Gardens, conheceu o estilo aristocrático de vida, totalmente ausente na austera corte de São Cristóvão. Não poderia ter exprimido com maior ênfase o impacto dessa experiência do que quando escreveu em *Minha formação*: “O que me impediu de ser republicano na mocidade foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida”.

### **Nabuco e o início da campanha abolicionista**

Antes de morrer, o senador Nabuco de Araújo deixara preparada a candidatura do filho a deputado geral por Pernambuco, acertando o precioso apoio do chefe liberal da província, barão de Vila Bela. O desejo paterno e a subida dos liberais devem tê-lo convencido a entrar na política, abandonando a curta carreira diplomática. A campanha eleitoral foi muito facilitada pelo apoio do barão. Nabuco não teve problema em se eleger para a 17<sup>a</sup> Legislatura, unanimemente liberal, aos 29 anos de idade, tomando posse em janeiro de 1879.

Na Câmara, seu primeiro discurso não foi sobre escravidão, mas sobre a liberdade religiosa. Quem abriu o debate sobre o assunto foi o deputado baiano, médico, senhor de escravos, católico ultramontano e abolicionista, Jerônimo Sodré Pereira, em discurso de 5 de março de 1879. A partir daí, Nabuco começou a se apropriar do tema até torná-lo quase uma obsessão, dentro e fora do Parlamento. Em discurso de 1<sup>o</sup> de setembro de 1879, combateu a tentativa do

governo de Sinimbu de importar *coolies* para substituir a mão-de-obra escrava que começava a escassear nas fazendas de café.

A iniciativa que lhe deu notoriedade internacional como defensor dos escravos e o aproximou da Anti-Slavery Society foi o discurso que pronunciou em 30 de setembro de 1879, denunciando da tribuna da Câmara a companhia inglesa St. John Del Rey Mining Company. A Companhia mantinha em cativeiro em sua mina de ouro de Morro Velho escravos que comprara da Companhia Cata Branca e das Minas Cocais em 1845, com cláusula contratual de os libertar após 14 anos de serviço. Tinham-se passado 21 anos sem que nenhuma medida fosse tomada. O discurso repercutiu na França, com registro na *Revue des Deux Mondes*. A repercussão mais importante, no entanto, se deu na Grã-Bretanha. De Londres, o secretário da British and Foreign Anti-Slavery Society, Charles H. Allen, mandou-lhe uma cartas, datadas de 8 de janeiro de 1880 e 14 de fevereiro de 1880, cumprimentando-o pela defesa dos escravos e enviou-lhe por Charles Williams, diretor das Minas Cocais, uma resolução do Comitê da Sociedade no mesmo sentido (cartas de 8.1.1880 e 14.2.1880). A carta de Allen representou o início da relação entre Nabuco e os abolicionistas britânicos, uma longa e frutífera relação.

Nabuco respondeu longamente em 8 de abril de 1880. Agradeceu o gesto da Anti-Slavery Society, explicou a natureza de sua luta e declarou seu compromisso com a causa, agora assumido plenamente: “garanto-lhe que V.Sa. sempre me encontrará neste posto de luta que hoje ocupo. Ponho meu interesse pela emancipação acima de qualquer outro [...] Comparada a essa imensa reforma social [...] qualquer outra reforma política fica em segundo plano”. Informou a Allen que planejava apresentar à Câmara um projeto de lei que previa a abolição total da escravidão no Brasil em 1º de janeiro de 1890, justificando-o: “A fronteira da próxima década não será transposta no Brasil, espero eu, por um só homem que chame a si mesmo de escravo”. Terminou elogiando o trabalho de “nivelamento social e moral” promovido pela Anti-Slavery Society, agora dirigido ao Brasil. Esse trabalho terá seu fecho quando Brasil e Cuba deixarem de ser manchas escuras na terra americana. Assinou a carta como membro do Parlamento brasileiro.

A proposta que fez ao Parlamento ainda era tímida, na medida em que previa um prazo de dez anos antes da emancipação total dos escravos e a indenização aos proprietários, a exemplo do que fizera a Grã-Bretanha em suas colônias. Mesmo assim, o projeto não encontrou grande apoio na Câmara liberal. O presidente do Conselho, José Antônio Saraiva, fez dela questão de confiança e o projeto não foi discutido. Apenas 18 deputados em 122 apoiaram pedido de urgência para sua votação.

Em 7 de setembro de 1880, Nabuco fundou com outros companheiros em sua própria residência no Rio de Janeiro (Rua Bela da Princesa, hoje Correia Dutra) a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Ele próprio, Nabuco,

foi eleito presidente, ficando com André Rebouças o cargo de tesoureiro. A Sociedade foi certamente inspirada no exemplo da Anti-Slavery Society e sua fundação parece ter sido um meio de facilitar e aprofundar os contatos entre as duas. De fato, um ofício de 8 de outubro de 1880, assinado por José Américo dos Santos, secretário da Sociedade brasileira, comunicava sua fundação à sua congênere britânica, enviando-lhe o manifesto e fazendo votos de que as duas sociedades pudessem desenvolver estreita colaboração entre si. Allen respondeu logo a seguir, prometendo intercâmbio de informações e colaboração.

Aproveitando o recesso parlamentar, Nabuco viajou novamente para a Europa em dezembro de 1880, dessa vez com destino certo, Londres, e um objetivo preciso: levar a luta antiescravista para o cenário internacional. Seu nome já começara a circular na Europa. Ao passar por Lisboa, foi recebido na Câmara dos Deputados como o campeão da luta abolicionista no Brasil. Em Madri, quem o homenageou foi a Sociedade Abolicionista Espanhola. Ao chegar a Londres, levava uma carta de apresentação assinada pelo vice-presidente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Adolfo de Barros. Além de apresentar Nabuco, o vice-presidente referia-se à Sociedade britânica como a primeira e mais influente sociedade abolicionista do mundo e pedia sua cooperação na luta contra a escravidão no Brasil.

### **A Grã-Bretanha, a Anti-Slavery Society e a luta contra o tráfico e a escravidão**

A British and Foreign Anti-Slavery Society foi criada em 17 de abril de 1839. Representava a continuação de longa luta antiescravista iniciada pela Sociedade Religiosa dos Amigos, ou simplesmente Sociedade dos Amigos, cujos membros eram chamados de *quakers*, igreja criada por George Fox no século XVII. Os *quakers* tinham operado uma pequena revolução no pensamento cristão sobre a escravidão. Passaram a condená-la como pecado, algo que nem o Novo Testamento fazia. Puseram em prática essa virada teológica excluindo da seita os membros proprietários de escravos. Em 1783, os *quakers* de Londres, atendendo a apelo de seus irmãos da Filadélfia, criaram a primeira organização abolicionista na Inglaterra, chamada Committee on the Slave Traffic [Comitê sobre o Tráfico de Escravos]. Quatro anos depois, a luta chegou ao Parlamento britânico graças à adesão de William Wilberforce e à criação do Committee for the Abolition of the Slave Trade. À exceção de três, todos os membros do comitê eram *quakers*. Tiveram logo início grandes campanhas para envio de petições ao Parlamento. Vinte anos depois, em 1807, o Parlamento aboliu o tráfico para as colônias britânicas.

A Grã-Bretanha dedicou-se, então, a persuadir, subornar e, se necessário, forçar outras nações envolvidas no tráfico a seguir seu exemplo. Primeiro, declarou ilegal o tráfico e a seguir tornou a proibição efetiva, permitindo inclusive que sua Marinha desempenhasse um papel central em sua supressão. Tratados contra o tráfico foram assinados com Portugal em 1810, 1815 e 1817. Depois

de garantir a independência do Brasil, assinou tratado com o novo país em 1826. Em obediência a esse tratado, o Brasil tornou o tráfico ilegal em lei de 1831.

O tráfico britânico terminara, mas continuava a escravidão nas colônias. Em 1823, os abolicionistas, com Wilberforce à frente e com forte presença *quaker*, fundaram a Society for the Mitigation and Gradual Abolition of Slavery throughout the British Dominions (também conhecida como Anti-Slavery Society) que tinha por objetivo melhorar a condição dos escravos e promover uma abolição gradual. Quando Wilberforce deixou o Parlamento em 1825, a liderança da luta passou para Henry Brougham e, especialmente, para Thomas Fowell Buxton. Insatisfeitos com os resultados obtidos pela luta parlamentar, um grupo mais radical liderado pelo *quaker* Joseph Sturge decidiu criar em 1831 um Agency Committee [Comitê de Ação], para lutar pela abolição imediata e incondicional. O Comitê promoveu vasta campanha popular. Criaram-se mais de 1.300 comitês locais, 5.484 representações foram enviadas ao Parlamento pedindo a abolição imediata. Uma das representações continha a assinatura de mais de 187 mil mulheres.

Em 1833, o Parlamento britânico aboliu a escravidão africana em todo o Império. A abolição deveria vigorar a partir de agosto de 1834 e previa o pagamento aos proprietários de 20 milhões de libras e o estabelecimento de um período de aprendizado, durante o qual os libertos, exceto as crianças de menos de seis anos, eram obrigados a trabalhar para seus senhores até agosto de 1840. Joseph Sturge e o Agency Committee protestaram novamente depois de constatar o péssimo tratamento dado aos aprendizes. O aprendizado foi reduzido de seis para quatro anos e, em agosto de 1838, cerca de 800 mil escravos foram finalmente libertados.

Sturge não descansou depois da vitória. A escravidão continuava fora dos domínios britânicos. Ainda havia dois milhões de escravos nos Estados Unidos, entre 1,5 e 2 milhões no Brasil, e meio milhão em Cuba. Além disso, o tráfico transatlântico para Brasil e Cuba, embora ilegal, continuava em escala superior à de 30 anos antes. Como pacifista, Sturge opunha-se a intervenções filantrópicas com uso de força. Acreditava que o tráfico só terminaria quando a própria escravidão fosse abolida em toda a América graças à persuasão moral e religiosa. Decidido a internacionalizar a luta, fundou em 17 de abril de 1839 a British and Foreign Anti-Slavery Society, com o apoio de *quakers*, batistas, metodistas e outras igrejas não conformistas. Para marcar seu caráter internacional, a nova sociedade organizou a primeira Convenção Internacional Antiescravidão no Freemason's Hall, em Londres, em 12 de junho de 1840, com a participação de abolicionistas de vários países, sobretudo dos Estados Unidos e da França. Nesse mesmo ano, a nova Sociedade enviou uma missão secreta ao Brasil a fim de estudar a situação local. Não há informação sobre as consequências dessa missão, se houve alguma.

Thomas Fowell Buxton, o reconhecido sucessor de Wilberforce, que fale-

cera em 1833, como líder da causa abolicionista no Parlamento (embora tenha perdido o assento em 1837), era membro do comitê da Anti-Slavery, mas advogava uma abordagem distinta do problema do tráfico e da escravidão. Publicara em 1840 o livro *The slave trade and its remedy* [*O tráfico e seu remédio*]. Em junho de 1839, dois meses após a criação da Anti-Slavery Society, formou a Society for the Extinction of the Slave Trade and for the Civilization of África, tendo o príncipe Albert como presidente. Argumentava que o tráfico poderia ser extinto antes que a própria escravidão o fosse. Diferentemente de Sturge, não se opunha a pressões diplomáticas e ao uso da força pela Grã-Bretanha. Achava que a ação da Marinha podia ser mais eficaz se se concentrasse na costa africana. No entanto, isso não seria suficiente. Seria necessário nada menos que a regeneração econômica, social e moral da África pela agricultura, pelo comércio e pelo cristianismo, e a destruição do tráfico em sua fonte pelo comércio legal com a África. Mas, após o fracasso da expedição ao Níger em 1841 e de vários projetos de colonização na África, sua Sociedade encerrou as atividades em janeiro 1843, deixando o campo livre para a British and Foreign Anti-Slavery Society. Buxton afastou-se e morreu dois anos mais tarde.

A Anti-Slavery Society manteve seu compromisso com a supressão do tráfico transatlântico, mas opunha-se ao papel que a Grã-Bretanha se atribuía de polícia mundial do tráfico. Preferia concentrar-se na abolição da escravidão – e, como resultado, do tráfico – por meio da pressão moral sobre os Estados Unidos, o Brasil e a Espanha. Quando o tráfico atingiu novos patamares, ao final dos anos 1840, a Anti-Slavery Society, apoiada por interesses da indústria e do comércio, parecia estar ganhando a discussão. A moralidade e a eficácia da política britânica antitráfico estavam sendo cada vez mais questionadas e havia uma possibilidade real de que essa fosse finalmente desativada como um oneroso fracasso. No entanto, o ministro das Relações Exteriores, Lord Palmerston, sempre desprezando o pacifismo da Anti-Slavery Society, e convencido de que o tráfico podia ser esmagado e a escravidão severamente golpeada pela supressão da oferta externa de escravos quando a força naval britânica estivesse em plenas condições operacionais, teve a última palavra. Em 1850, a frota da América do Sul foi reforçada e recebeu ordens de capturar navios negreiros em águas territoriais brasileiras. Diante de uma séria ameaça à sua soberania, estabilidade política e prosperidade econômica, o governo brasileiro, o primeiro, deve-se dizer, capaz de fazê-lo desde 1831, finalmente tomou medida para efetivamente acabar com o tráfico. O Brasil não podia mais resistir à “pressão das idéias da era em que vivemos”, declarou Paulino José Soares de Souza, ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, querendo com isso referir-se, sobretudo, à pressão do governo britânico e da Royal Navy.

A forte pressão britânica sobre o Brasil a propósito da escravidão arrefeceu-se bastante após a abolição do tráfico. Mas o governo britânico continuava pedindo a liberdade dos emancipados, escravos capturados por navios de guerra britânicos e libertados pelo tribunal misto anglo-brasileiro do Rio de Janeiro. A



*Thomas Fowell Buxton (1786-1844).*



*William Wilberforce (1759-1833).*

Fotos Agência France Press

opinião internacional também se mantinha atenta à escravidão, até mesmo no Brasil.

Em 1869, a Associação Abolicionista Internacional de Paris, reforçando o apelo feito pela Junta Francesa de Emancipação ao imperador em 1866, solicitou diretamente ao povo brasileiro que acabasse com a escravidão, “a grande vergonha da humanidade”. O Brasil corria o risco, alertou a Associação, de se tornar “a última nação cristã que conserve em seu seio a escravidão”.<sup>5</sup> Entre os assinantes da mensagem, estava Joseph Cooper, secretário honorário da Anti-Slavery Society. Essa Society tinha certamente conhecimento da luta abolicionista do senador Nabuco de Araújo. Em julho de 1869, publicaram em sua revista, o *Anti-Slavery Reporter*, uma carta aberta do senador à Sociedade Democrática Constitucional Limeirense sobre o tema.<sup>6</sup> Mas não há em seus arquivos evidência de contato direto com abolicionistas brasileiros até a carta de seu secretário, Charles H. Allen, enviada a Nabuco em 8 de janeiro de 1880.

### **Nabuco em Londres, 1881-1884**

Em sua terceira visita, Nabuco chegou a Londres em fevereiro de 1881. Dessa vez, sem desprezar a hospitalidade de Penedo – hospedou-se inicialmente em 32 Grosvenor Gardens – e sem deixar de apreciar os encantos da cidade, voltou toda a energia para a campanha em que acabara de se engajar. Buscou imediatamente estreitar relações com a Anti-Slavery Society, que retribuiu a atenção recebendo-o com todas as honras. No dia 4 de março, ela realizou uma sessão de apresentação oficial de Nabuco, na qual ele falou, como sempre, longamente. Em 23 de março, ofereceu-lhe no Charing Cross Hotel um magnífico *breakfast*, presidido por Thomas Fowell Buxton, filho do abolicionista do mesmo nome. Compareceram 150 pessoas, entre as quais o presidente da Society, Samuel Gur-

ney, o secretário Charles Allen, o tesoureiro Joseph Allen e 11 membros da Câmara dos Comuns. Houve um breve discurso de Buxton e outro, “assaz longo”, segundo o *Times*, de Nabuco. O banquete foi amplamente noticiado na imprensa londrina, incluindo o *Times*, talvez o jornal mais influente da época. As notícias foram transcritas na imprensa do Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio* publicou matéria de seu correspondente em Londres. Começava a funcionar na prática a “conexão britânica” (5.4.1881).

Desde então, estreitaram-se as relações de Nabuco com a Anti-Slavery Society, sobretudo com o secretário Charles Allen. Pode-se deduzir dos termos da correspondência que se desenvolveu entre os dois uma sincera amizade, que durou até a morte de Allen em dezembro de 1904. Já em março de 1881, Nabuco se despediu do secretário dizendo ter encontrado nele, mais que um simpatizante da causa, um bom amigo (abril de 1881). Allen recebia-o em sua casa, organizava palestras, convidava-o para congressos, acompanhava-o em compromissos sociais. Nabuco agradeceu as gentilezas à brasileira, presenteando-o com um papagaio. A ave aparece em mais de uma carta de Allen que a ele se afeioou (por exemplo, 7.10.1887 e 17.1.1888). Mas parece ter estranhado o clima inglês, pois nunca falou. A correspondência entre os dois, com eventuais cartas de Nabuco a outros membros da Anti-Slavery Society, foi constante até a abolição, mesmo nos períodos que Nabuco passou em Londres e que não foram poucos.

Nabuco permaneceu em Londres de fevereiro a abril de 1881, durante o recesso legislativo. Dissolvida a Câmara em 30 de junho para a realização da primeira eleição direta, concorreu pelo primeiro distrito da Corte no pleito de 31 de outubro de 1881. Apesar da forte campanha em seu favor desenvolvida pelos abolicionistas, foi derrotado (5.6.1881 e 23.10.1881). Frustrado e sob acusação de estar abandonando a luta, deixou o país em dezembro e regressou a Londres, “num exílio quase forçado”. Escreveu a Allen ter decidido passar uns dois anos na cidade (23.10.1881). O secretário respondeu logo convidando-o para a reunião mensal do comitê da Anti-Slavery Society, à qual tinha direito de assistir como Membro Correspondente (2.1. [1882] e 3.1.1882).

Durante essa temporada londrina de quase dois anos e meio, Nabuco teve três endereços: 19 Brook Street (até julho de 1883), 20A Maddox Street (até março de 1884) e 33 Davies Street. Sustentava-se com o que ganhava como correspondente do *Jornal do Commercio* e como consultor de firmas inglesas que tinham investimentos no Brasil. Passou boa parte do tempo no British Museum colhendo material para escrever o livro *O abolicionismo*, que publicou em Londres em agosto de 1883. No ano anterior enviara petição ao Parlamento brasileiro solicitando “a total abolição da escravidão, seja imediata ou dentro de curto prazo, a ser definido imediatamente”. A petição foi assinada por ele e José da Costa Azevedo e apresentada à Câmara em 14 de julho pelo deputado cearense Antônio Pinto (jun.-jul. 1882 e 7.8 [1882]). Em 1883, com o apoio da Society, participou do Congresso Jurídico Internacional, realizado em Milão. Com a saúde abalada, voltou ao Brasil em abril de 1884, com planos de se ausentar por

uns quatro meses. Sua decisão pode ter sido também influenciada pelo fato de que o movimento abolicionista ganhava impulso e talvez exigisse “algum tipo de ação enérgica” (31.3.1884). Um mês antes de sua volta, a escravidão tinha sido abolida no Ceará.

### **Nabuco entre o Brasil e a Europa, 1884-1888**

Em 6 de junho de 1884, Manuel Pinto de Sousa Dantas foi chamado para presidir o Conselho de Ministros com plataforma abolicionista que abrangia vários projetos, cujo mais importante e de maior repercussão era o da libertação dos sexagenários. O movimento libertário ganhou força extraordinária, sobretudo na imprensa, onde conhecidos abolicionistas passaram a defender Dantas utilizando nomes de grandes predecessores. Nabuco era Garrison, Rui era Lincoln e Grey, Gusmão Lobo, Clarkson, e assim por diante. Ficaram conhecidos como os ingleses do Sr. Dantas. Mas no final de julho, o presidente do Conselho foi derrotado na Câmara liberal por 59 votos a 52 em moção de desconfiança. O imperador, contra o voto da maioria do Conselho de Estado, concedeu-lhe a dissolução da Câmara e a convocação de outra. Nabuco concorreu pelo primeiro distrito do Pernambuco (Recife) nas eleições realizadas em dezembro. Ganhou em número de votos, mas em maio a nova Câmara não reconheceu sua eleição. Tendo, no entanto, falecido o deputado representante do 5º Distrito de Pernambuco, os candidatos liberais renunciaram em seu favor. Foi eleito em 5 de junho e tomou posse (19.11.1884; 22.2.1885 e 17.5.1885). Informado de tudo, Allen mandava inserir as notícias, boas e más, no *Times*. O endosso do jornal, disse ele em carta de 22 de junho, indicava o apoio da opinião pública inglesa aos abolicionistas brasileiros (22.6.1885).

Antes da eleição de Nabuco, Dantas fora novamente derrotado pela Câmara recém-eleita em maio de 1885 por 52 votos a 50, não conseguindo dessa vez permissão do imperador para dissolvê-la. Saraiva sucedeu-o e, em 13 de agosto, conseguiu aprovar na Câmara uma versão muito amenizada do projeto. A principal objeção dos escravocratas ao projeto Dantas era a ausência de indenização. Foi nesse ponto também que se deu a mais importante alteração introduzida por Saraiva. De acordo com o projeto aprovado, os escravos de 60 anos seriam libertados, mas ficavam obrigados, “a título de indenização”, a prestar serviços a seus senhores por três anos. O projeto introduzia ainda uma tabela de preços de escravos, acima dos preços de mercado, e aumentava o fundo de emancipação para indenizar senhores que libertassem cativos de menos de 60 anos. Nesse caso, os libertados teriam que prestar serviços por cinco anos.

Logo antes da aprovação do projeto, Nabuco escreveu longa e apaixonada carta a Allen condenando com veemência o que chamou de “ato vergonhoso pelo qual a escravidão será perpetuada na dívida nacional”. A Câmara, segundo ele, se tinha transformado em “mercado de escravos do Marrocos”. “O projeto”, continuou, “eliminava a escravidão nos melhores termos possíveis para as pessoas nela interessadas”. E finalizou acusando o gabinete de tentar “fazer com

que a morte e o enterro da escravidão sejam tão suaves que ninguém vai sequer se dar conta deles – nem o senhor de escravos, nem o escravo, nem o país, nem o mundo” (6.8.1885).

Mesmo com um projeto tão amenizado, Saraiva não se viu em condições de o fazer aprovar no Senado. Pediu demissão, tendo o imperador chamado para executar a tarefa o senador conservador barão de Cotegipe, que assumiu em 20 de agosto. O projeto passou no Senado e se tornou a Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários, datada de 28 de setembro de 1885, aniversário da Lei do Ventre Livre. Tendo a Câmara liberal aprovado uma moção de desconfiança em Cotegipe, foi dissolvida em 26 de outubro e novas eleições foram convocadas.

Nabuco concorreu novamente pelo distrito do Recife na eleição de 15 de janeiro de 1886 (23.1.1886). Foi novamente derrotado. Desencantado e quase desiludido, Nabuco dedicou-se a escrever panfletos, destacando-se entre eles *O erro do imperador* e *O eclipse do abolicionismo*, nos quais fazia amargas críticas ao imperador por ter entregue o governo ao escravocrata Cotegipe, depois de ter encorajado os abolicionistas com a escolha de Dantas. Com a ajuda de amigos, tentou fundar um jornal diário, para o qual faltaram recursos. Já pensava regressar a Londres para ganhar a vida, mas reconhecia que a nova ausência seria prejudicial à causa liberal e abolicionista. Via-se dividido por ter que resolver ao mesmo tempo o problema individual de sobrevivência e o problema social (18.4.1886). Acabou regressando a Londres apenas em abril de 1887, agora como correspondente do jornal *O País*. Além das reuniões da Anti-Slavery Society, foi distinguido com uma recepção na residência do primeiro-ministro inglês, William Gladstone, a que compareceu graças a convite intermediado por Allen, que o acompanhou (14.6.1887). Era quase um endosso informal do governo inglês à sua campanha.

Não ficou muito tempo na cidade. Tendo sido o deputado Machado Portela, seu competidor no 1º Distrito do Recife, que fora reconhecido pela Câmara em 1884/1885 que derrotara Nabuco em 1885, nomeado ministro, foi obrigado, pela prática da época, a se submeter a nova eleição. Nabuco regressou de Londres em agosto de 1887, disputou novamente a eleição em 14 de setembro e ganhou do ministro por 1.407 a 1.270 votos, em memorável campanha. Mandou carta entusiasmada a Allen, datada de 16 de setembro, classificando o evento de “tremenda vitória”, de “grandioso novo evento em nossa história” (16.9.1887 e 7.10.1887). Allen fez publicar a carta no *Times* e mandou cópia para Gladstone (1º.11.1887), que manifestou sua “maior satisfação e entusiasmo”.

Apesar da presença de um escravista na presidência do Conselho, a maré abolicionista subia rapidamente e o movimento atingia seu ponto mais alto. O imperador, doente, achava-se em tratamento na Europa e a regente Isabel manifestava clara simpatia pela abolição. Multiplicavam-se as fugas de escravos. O Clube Militar pedia a Isabel que não utilizasse o Exército na captura de escravos

fugidos. Sentindo próxima a vitória, Nabuco viajou em novembro para a Europa. Mas dessa vez mirava mais alto, seu principal objetivo era ir à Itália para solicitar ao papa Leão XIII que publicasse uma bula condenando a escravidão. Calculava que, diante da conhecida religiosidade de Isabel, se o papa falasse, ela obedeceria. Seus amigos da Anti-Slavery Society lhe conseguiram uma carta de apresentação do cardeal Manning, arcebispo de Westminster, chefe da Igreja Católica na Grã-Bretanha (21.12.1887 e 4.1.1888). A audiência aconteceu em 10 de fevereiro. Leão XIII recebeu-o com simpatia e prometeu uma encíclica condenando a escravidão para antes da abertura das câmaras, tradicionalmente feita no início de maio. A diplomacia de Cotegipe conseguiu, no entanto, adiar sua publicação. Mas o relato da entrevista, com a promessa do papa, escrito pelo próprio Nabuco, tinha sido publicado em *O País*, e tornara-se de conhecimento geral.

Mas as coisas precipitaram-se. Atritando-se com Isabel, Cotegipe demitiu-se em março de 1888. Outro chefe conservador, João Alfredo, foi chamado com a incumbência de abolir a escravidão. Nabuco voltou rapidamente da Europa e chegou ao Rio em 18 de abril, a tempo de liderar a batalha final, a aprovação da lei no Congresso, e colher com os outros abolicionistas as glórias da vitória. O processo de votação foi quase sumário e a lei foi quase o reconhecimento legal de um fato já consumado.

Em 8 de maio, o projeto de abolição sem indenização foi apresentado na Câmara. Nabuco pediu que se formasse logo uma comissão para dar parecer. A comissão cumpriu rapidamente sua tarefa. O parecer foi aprovado, foi dispensada a impressão e aprovada urgência para discussão no dia seguinte. No dia 9, o projeto foi aprovado em segunda discussão por 83 votos a nove. Nabuco solicitou dispensa de impressão e de prazo, a fim de que projeto entrasse em terceira discussão no dia seguinte. No dia 10, foi aprovado o projeto em terceira discussão e também sua redação, que foi encaminhada ao Senado. No dia 11, foi apresentado no Senado. A pedido de Dantas, foi nomeada comissão que logo deu parecer favorável, dispensando-se a impressão. No dia 12, aprovou-se o projeto em segunda discussão. No dia 13, em terceira discussão. Nesse dia, às 15 horas, a regente Isabel assinou no Paço da Cidade a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Composta de dois artigos, foi a mais curta da história do país.

Em 16 de maio, Allen enviou a Nabuco cumprimentos entusiásticos dizendo “ser impossível encontrar palavras suficientemente fortes e contundentes em nossa pobre língua nórdica para lhe transmitir o prazer e as calorosas congratulações” que todos lhe desejavam (16.5.1888). Em 20 de junho, mandou-lhe minuta de ata da reunião do comitê da Anti-Slavery Society, escrita em pergaminho, contendo as calorosas congratulações da Sociedade (20.6.1888). Informou que mensagem ao imperador fora encaminhada por intermédio do barão de Penedo. Em 8 de janeiro de 1889, Nabuco comunicou a Allen que, juntamente com Rebouças e Gusmão Lobo, tinham entregue à princesa Isabel o documento enviado pela Anti-Slavery Society (8.1.1889). E acrescentou uma nota de mau

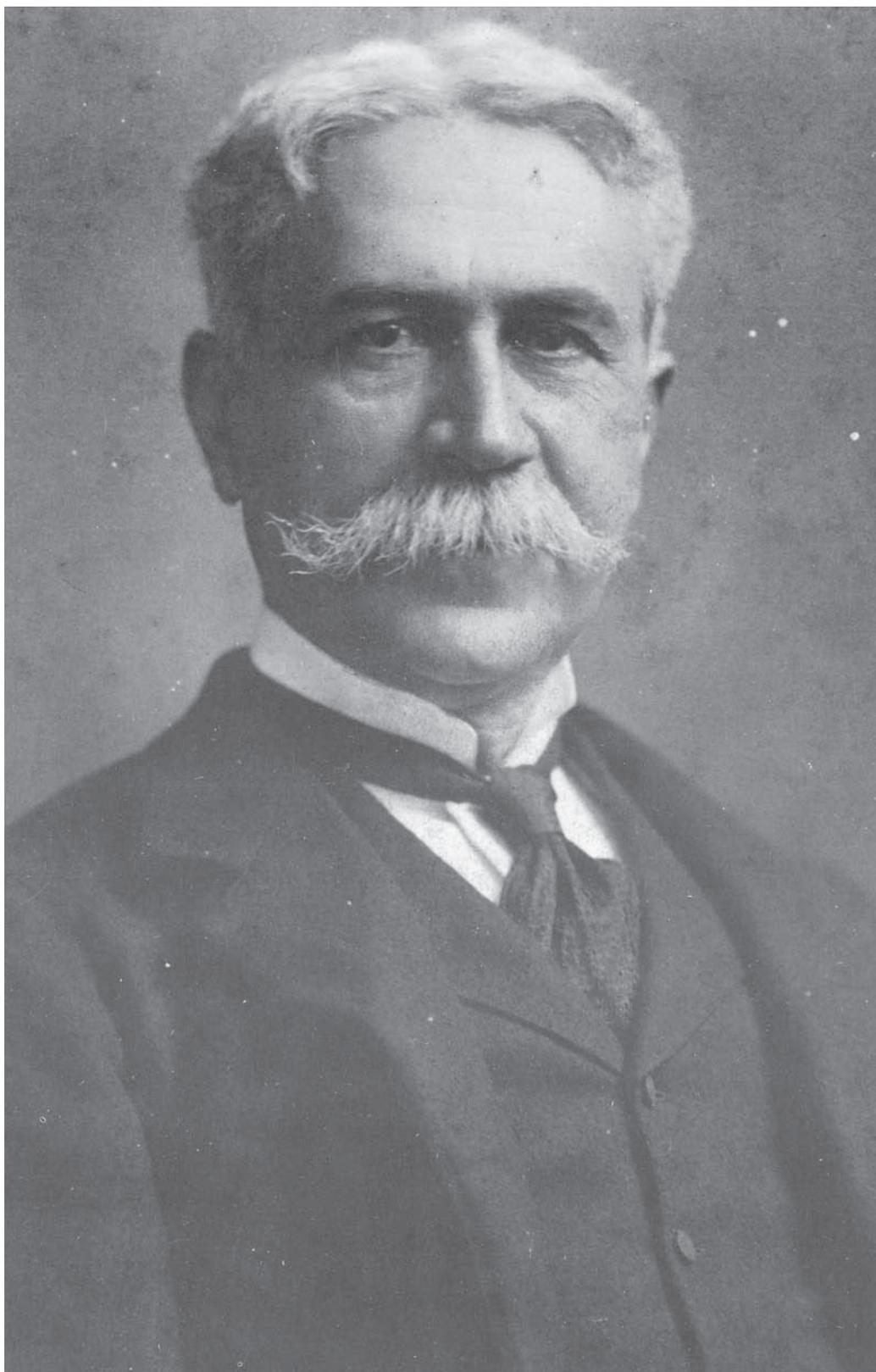


Foto Cortesia Academia Brasileira de Letras (ABL)

*Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910).*

presságio. A princesa tinha realizado um ato de coragem, “mas confio em Deus que não perca o trono por isso”.

### **A estratégia de Nabuco**

Desde 1879, quando a menção feita por Nabuco na Câmara à questão da St. John del Rey Mining Company repercutiu na Europa e provocou a reação da Anti-Slavery Society, Nabuco e outros abolicionistas despertaram para a importância de mobilizar a opinião pública internacional em favor de sua luta. No Brasil, a opinião pública ainda não se mobilizara para a questão e as resistências eram enormes, sobretudo dentro do Parlamento. Nabuco tinha plena consciência da importância da opinião internacional, e britânica em particular, sobre a elite brasileira, nela incluído o imperador. A contínua pressão britânica, o apelo da Junta Francesa de Emancipação de 1866 e a mensagem ao povo brasileiro da Associação Abolicionista Internacional de Paris de 1869 contribuíram sem dúvida para reforçar a decisão imperial de levar adiante a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Uma das primeiras medidas tomadas pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão foi fazer traduzir seu manifesto para o inglês e o francês, e enviá-los, junto com o anúncio de sua fundação, às congêneres no exterior, aí incluída a Anti-Slavery Society. A escolha da Anti-Slavery Society como principal interlocutora era lógica. Ela era a mais conhecida sociedade abolicionista do mundo, localizava-se no centro do grande império britânico e na cidade amada por Nabuco, e tomara a iniciativa de entrar em contato com os brasileiros. Como vimos, a resposta da associação britânica, pela voz de seu secretário, não se fez esperar. Além de se congratular com a coirmã brasileira, a Anti-Slavery aprovou plenamente o manifesto e prometeu intercâmbio de informações e cooperação. Não se esqueceu de mencionar que a troca de informações contribuiria para o melhor conhecimento da situação brasileira na América e na Grã-Bretanha.

Em Londres, Nabuco e a Anti-Slavery Society montaram um esquema eficiente de propaganda da luta abolicionista. O brasileiro passava as informações a Allen que se encarregava de as colocar na imprensa, sobretudo no influente *The Times*. Quando não conseguia, publicava-as em sua própria revista, o *Anti-Slavery Reporter*. O *Times* era o veículo ideal pela influência que exercia dentro e fora da Grã-Bretanha. O próprio Nabuco disse em uma das cartas: “no Brasil, o *Times* é considerado a voz da civilização” (17.7.1883). Em carta de 11 de junho de 1885 ao editor do jornal, publicada no dia 12, Allen repetiu essa opinião, observando que a publicidade no *Times* representava grande ajuda aos esforços dos abolicionistas brasileiros porque “os fazendeiros [*planters*] são particularmente sensíveis às críticas do povo inglês” (22.6.1885). O jornal tinha clara postura abolicionista e raramente se recusava a publicar as matérias enviadas por Allen que as extraía das cartas de Nabuco.<sup>7</sup> Quando o jornal publicava alguma matéria desfavorável, Nabuco inquietava-se e insistia em responder. É um tanto duvidoso que os fazendeiros em geral fossem de fato tão sensíveis às críticas do jornal, mas a elite política brasileira certamente o era.

A Anti-Slavery Society ajudava também levando Nabuco a participar de congressos internacionais. Em 1883, ela financiou a participação dele na 11ª Conferência da International Law Association, dedicada à reforma dos direitos das gentes, realizada em Milão (28.7.1883; 4.8.1883 e 24.8.1883). Nova reunião dessa Associação realizou-se em Londres em 1887, com sua participação (19.7.[1887]). Os dois congressos aprovaram moções de Nabuco contra a escravidão. Tais arenas ampliavam muito o alcance da campanha. Em outra frente, Allen conseguiu um convite para uma recepção na casa do influente William Gladstone, várias vezes primeiro-ministro da Grã-Bretanha. Às vésperas da abolição, os *quakers* da Anti-Slavery Society ainda lhe arranjaram uma carta de apresentação escrita pelo cardeal Manning para lhe facilitar conseguir audiência com Leão XIII.

O esquema de propaganda completava-se com a conexão brasileira. Por obrigação de ofício, o ministro brasileiro, barão de Penedo, enviava ao governo de seu país as matérias publicadas no *Times* sobre a escravidão brasileira e as atividades de Nabuco. O barão não tinha o entusiasmo abolicionista de Nabuco, mas não parece ter colocado nenhum obstáculo à campanha do amigo, mesmo durante o ministério conservador de Cotegipe (1885-1888). Não há indicação de que tenha havido entre os dois qualquer desentendimento, nem que Penedo tenha pedido moderação a Nabuco.

A imprensa brasileira também fez parte do esquema. *O Abolicionista* durou apenas 13 meses e era de pequena tiragem. Os esforços de Nabuco em 1882 e 1885 para fundar um diário não prosperaram por escassez de recursos. Mas ele possuía bons contatos no mais influente órgão de imprensa da corte, o *Jornal do Commercio* que, com frequência, reproduzia matéria do *Times* e de outros jornais europeus. Embora o jornal não tomasse partido ostensivamente, um de seus redatores, Gusmão Lobo, era abolicionista convicto e amigo de Nabuco. O chefe de redação, Luís de Castro, também favorecia a causa. Em 1882, graças à intervenção de Penedo junto a Francisco Antônio Picot, um dos proprietários do jornal, Nabuco conseguiu ainda o cargo de correspondente em Londres. Além de facilitar o trabalho de propaganda, o emprego ainda lhe rendia 30 libras por mês. Foi também articulista e correspondente do jornal republicano *O Paiz*, de Quintino Bocaiúva, para quem a propaganda abolicionista servia ainda para criticar o regime. Outro jornal importante na capital do país era o *The Rio News*, de propriedade de Andrew Jackson Lamoureux, um norte-americano que traduzia para o inglês os documentos da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e os difundia na colônia anglófona da corte. A *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes, era abertamente abolicionista, o mesmo se dando com a *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio.

A parceria entre Nabuco e Allen, entre os representantes dos abolicionistas brasileiros e britânicos, funcionou à perfeição em seu objetivo de dar dimensão internacional à luta antiescravista, aumentando a pressão sobre o governo e os

escravistas brasileiros. A jogada não era sem riscos para Nabuco. Desde sua viagem de 1881, ele foi acusado pelos escravocratas de prejudicar o nome do Brasil no exterior ao expor os males da escravidão, de adotar atitude antipatriótica. A acusação era-lhe muito incômoda. Dela se defendeu várias vezes. Boa parte de seu discurso no *breakfast* que lhe ofereceram em março de 1881 foi dedicado ao tema. Acusavam-no, disse, de encorajar “uma espécie de intervenção moral da Europa em nossos negócios íntimos e de patentear aos olhos do mundo uma desgraça nacional que deveria ser cuidadosamente oculta a todos os olhos”. Sua resposta foi que não se tratava de uma revolução nacional, mas “do último combate contra a escravidão no mundo civilizado”.<sup>8</sup>

Sua reação mais contundente foi provocada por um artigo de Goldwin Smith, publicado da *Macmillan's Magazine* em 1886, em que o autor criticava o fato de ter W. L. Garrison, o abolicionista norte-americano, recorrido à opinião pública inglesa em busca de apoio para sua luta. Escreveu uma resposta apaixonada e pediu a Allen que conseguisse sua publicação no *Times*.<sup>9</sup> Defendeu o fato de ter Garrison recorrido ao apoio dos abolicionistas britânicos, mas defendeu, sobretudo, sua própria posição, pois ele estava fazendo exatamente a mesma coisa. Não podia ser antipatriótica, argumentou, uma ação que tentava elevar o Brasil ao nível de civilização já atingido por outros povos. Não se poderia prestar maior serviço ao Brasil do que conseguir que o mundo inteiro condenasse a escravidão como pirataria, pois tal decisão ecoaria no país e produziria seu resgate e sua liberdade muito antes do que o conseguiria sua voz (ver texto da resposta anexo à carta de 18.4.1886).

A resposta lembra uma passagem de *O abolicionismo* em que Nabuco denuncia a corrupção do patriotismo, isto é, seu uso para defender uma instituição condenada pela civilização, como um dos males decorrentes da escravidão. Nabuco e os abolicionistas em geral estabeleciam uma clara distinção entre nação e civilização. Colocavam os valores da civilização acima de um patriotismo que os negava. Quando, em *O abolicionismo*, Nabuco postulou o fim da escravidão como condição indispensável à construção nacional, ele estava naturalmente trabalhando com um conceito de interesse nacional distinto daquele dos escravocratas e próximo ao do de José Bonifácio. Na visão dos dois estadistas, não podia haver conflito entre nação e civilização.

Nabuco, no fundo, recorria ao argumento usado por todas as sociedades abolicionistas: a abolição da escravidão era uma questão de civilização, de progresso moral da humanidade, a que nenhum país podia fugir sob pretexto de um patriotismo estreito limitado à defesa de uma causa já condenada. O verdadeiro patriotismo, argumentava, exigia a incorporação do país no mundo civilizado. Ao defender os interesses da civilização como parte da concepção de patriotismo, Nabuco revelava também os motivos que o tinham levado a recorrer à opinião internacional: jogar o peso dos valores da civilização sobre os interesses dos escravocratas que se protegiam com a bandeira do patriotismo.

## Pós-abolição

Após a abolição, a correspondência de Nabuco com Allen e outros membros da Anti-Slavery Society escasseou, quase desapareceu. Em 1889, há apenas uma carta de Nabuco, a seguinte é de Allen, datada de dez anos depois. Em abril de 1900, Allen enviou os cumprimentos da Anti-Slavery Society pela nomeação de Nabuco ministro brasileiro em Londres, um ligeiro equívoco, corrigido por Nabuco, uma vez que ele fora enviado em missão especial do governo que o encarregara de defender os interesses do Brasil contra a Inglaterra na questão de limites com a Guiana Inglesa (15.4.1900 e 7.6.1900). Em 8 de março de 1901, Allen saudou a presença de Nabuco em Londres, dizendo sentir-se orgulhoso de o poder tratar por Vossa Excelência, embora preferisse o antigo título de amigo (8.3.1901).

No dia 6 de março de 1902, dirigindo-se a Nabuco como um “*My dear Excellence*”, Allen informou que ele e o irmão Joseph, tesoureiro da Society durante 23 anos, tinham renunciado a seus postos (6.3.1902). A razão do rompimento, sugerida na carta de 2 de abril (2.4.1902), última conhecida de Allen para Nabuco, foi a posição pró-Bôer adotada por uma parte do Comitê. Na carta de 6 de março, o ex-secretário ainda dera notícias do papagaio com que Nabuco o presenteara. A ave suportara bravamente o inverno inglês, informou, e era muito querida de suas filhas. Mas às vezes era necessário cobrir a gaiola para lhe abafar a gritaria. A última carta conhecida de Nabuco a Allen é de 7 de junho de 1900 (7.6.1900).

Em dezembro de 1904, Nabuco escreveu à viúva, Sarah E. Allen, consolando-a pela perda do marido. Encontrava-se, então, em Londres, para onde se deslocara depois de perder a causa que defendera em nome do Brasil pelos limites da Guiana Inglesa e se preparava para assumir o posto de embaixador em Washington, a convite do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores. Na carta, declarou sua admiração pelo “coração ardente” de Allen e por sua dedicação aos nobres ideais que perseguira por toda a vida. Garantiu que jamais o esqueceria e se ofereceu para contribuir para algum monumento em honra do amigo (22.12.1904 e 12.1.1905). Sarah respondeu em 12 de janeiro de 1905. Falou da afeição que unira Nabuco ao marido e informou que Charles padecera de longa e dolorosa enfermidade, iniciada com uma bronquite havia dois anos. Na progressão da doença, perdera o movimento dos dois braços, mas não perdera a esperança de recuperação. Em pós-escrito, Sarah informou ainda que o papagaio estava em grande forma. Mas só gostava da filha Beatrice e de Charles. Quando ouvia a voz deste, subia na cama do enfermo, postava-se em cima de seu joelho e se mantinha muito quieto. Nabuco respondeu em 13 de janeiro, sua última carta aos Allen (13.1.1905). Para alegrá-la um pouco, aproveitou a menção feita por ela ao bicho de estimação que se obstinava em não falar para contar uma piada de um papagaio mudo.

## As cartas

Foram levantadas e incluídas neste volume cartas trocadas entre Nabuco e membros da Anti-Slavery Society. Foram ainda incorporadas algumas outras entre Nabuco e cidadãos britânicos envolvidos na causa abolicionista. Entre eles, encontra-se uma curiosa figura, Catherine Impey, membro de uma também curiosa Ordem Internacional dos Bons Templários (20.11.1882; 24.11.1882; 28.12.1882 e 24.4.1883). Também constam cartas trocadas diretamente entre a Anti-Slavery Society e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Ao todo, são 110 cartas. A grande maioria delas, mais precisamente 64%, no entanto, refere-se à correspondência entre Nabuco e o secretário Charles H. Allen. São 26 cartas de Nabuco ao secretário e 38 dele para Nabuco.

Os originais das cartas de Joaquim Nabuco aos membros da Anti-Slavery Society encontram-se guardados na Rhodes House, Oxford, cuja biblioteca faz parte da Bodleian Library da Universidade de Oxford. São ao todo 37 cartas. Constam ainda do acervo da Rhodes House três cartas enviadas pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Os originais das cartas enviadas a Nabuco estão no acervo da Fundação Joaquim Nabuco, num total de 71. Dessas, 42 foram enviadas por Charles Allen. Uma das cartas de Catherine Impey foi localizada na Coleção Wanderley Pinho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outra, de Allen à Sociedade Brasileira contra a Escravidão, foi tirada de *O Abolicionista*. Outros membros da Anti-Slavery Society que mantiveram correspondência com Nabuco foram o presidente Edmund Sturge, Joseph Cooper, secretário honorário, Travers Buxton, sucessor de Allen na secretaria, Lady Buxton, e o advogado Joseph Alexander, membro da Sociedade (ver lista de nomes de dirigentes da Society).

Grande parte das cartas está em excelente estado de conservação. Foram poucos os casos em que não se conseguiu recuperar o texto original. Em algumas, não consta a data precisa, mas não foi difícil atribuir-lhes uma data aproximada. Parte da correspondência foi publicada pela Fundação Joaquim Nabuco em 1985, com o título *Joaquim Nabuco, cartas aos abolicionistas ingleses*. A introdução e organização do livro foram feitas por José Tomás Nabuco. Apesar dos méritos da publicação, ela inclui apenas 23 cartas, 22 de Nabuco e uma de Allen. Ficaram de fora 15 cartas de Nabuco, 43 de Allen e 31 outras. Não há também tradução para o português. Daí justificar-se essa nova edição que inclui muitas novas cartas e as faz acompanhar de notas para melhor compreensão do leitor. Além disso, a nova edição inclui uma tradução para o português, feita por Vera Joscelyne, com a supervisão dos organizadores. O texto de Nabuco é surpreendentemente correto e fluente, levando-se em conta que o inglês não era o idioma estrangeiro que melhor dominava. Mas a construção da frase é muitas vezes portuguesa e o vocabulário, como anotou José Tomás Nabuco, utiliza várias palavras de origem latina em detrimento de expressões tipicamente inglesas. A tradução não se preocupou em reproduzir o português de Nabuco. Buscou apenas correção e clareza.

É esse material, agora publicado na totalidade, que nos permite avaliar melhor a importância da conexão britânica para a luta abolicionista de Nabuco. A exposição da escravidão brasileira aos olhos do mundo deu nova dimensão e nova eficácia à luta. Num país em que o grosso da elite política defendia os interesses dos proprietários, mas também se preocupava com a imagem externa e era imbuída de valores ocidentais, a exposição não podia deixar de causar constrangimento e apressar a decisão final. As cartas permitem também, para além do aspecto tático, conhecer melhor o núcleo da argumentação abolicionista de Nabuco. Tratava-se, para ele, de uma luta pela civilização, pela incorporação do país aos valores básicos da civilização ocidental, de uma luta contra uma concepção de nacionalismo estreito que se afirmasse ao custo de valores universais. As cartas reforçam a imagem do Nabuco de *A escravidão* e de *O abolicionismo*, não o de *Minha formação*.

## Notas

- 1 Os autores agradecem a Matias Spekor pela ajuda na pesquisa na Rhodes House e a Sarah Rankin, do Centre for Brazilian Studies de Oxford, pela digitação.
- 2 A versão de *Minha formação* foi aceita na totalidade pela filha de Nabuco, Carolina Nabuco, na biografia que escreveu sobre o pai.
- 3 O original assinado, com 230 páginas manuscritas, foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela viúva de Nabuco, Evelina, em setembro de 1924: “mais uma prova” ela escreveu, “de como desde quase a infância a escravidão foi a sua preocupação e a abolição o seu ideal”. O texto foi publicado na *Revista do IHGB* em 1949.
- 4 Sobre Penedo, ver Renato de Mendonça (1942).
- 5 A carta foi publicada em *O Abolicionista* de 1º de dezembro de 1880, p.3.
- 6 A carta do senador Nabuco é de 26 de abril de 1869. Ver Nabuco (1975, p.670-1).
- 7 Consciente da inadequação de seu inglês para o leitor nativo, Nabuco pedia a Allen que fizesse as correções que julgasse necessárias. O secretário fazia poucas correções. A mais curiosa foi a eliminação de três pontos de exclamação na carta de 16 de setembro de 1887 em que Nabuco anunciava sua vitória eleitoral sobre o ministro Portela no 1º Distrito de Pernambuco. Allen deve ter achado que o entusiasmo brasileiro não cairia bem entre os sóbrios leitores britânicos.
- 8 Ver *O Abolicionista* de 1º de maio de 1881, p.5-6.
- 9 Foi um dos raros casos em que Allen não conseguiu a inserção da resposta no jornal.

## Referências bibliográficas

MENDONÇA, R. de. *Um diplomata na corte da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942.

NABUCO, C. *Vida de Joaquim Nabuco, por sua filha*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1928.

NABUCO, J. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Minha formação*. 13.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

*RESUMO* – Aspecto pouco estudado da luta contra a escravidão no Brasil é a relação estabelecida entre Joaquim Nabuco e a Sociedade Britânica e Estrangeira Antiescravidão, sediada em Londres. A correspondência entre Nabuco e Charles Harris Allen, secretário da Sociedade, e outros abolicionistas britânicos, ao longo da década de 1880 e posteriormente, revela uma parceria conscientemente buscada por Nabuco para levar a luta ao plano internacional. As cartas fornecem uma nítida visão das dificuldades encontradas por Nabuco no Brasil e da poderosa ajuda que encontrou em Londres. Uma de suas principais dificuldades foi a acusação a ele feita de falta de patriotismo a que ele respondeu afirmando a estreita relação que via entre pátria e civilização.

*PALAVRAS-CHAVE*: Escravidão, Brasil, Joaquim Nabuco, Abolicionismo, Abolicionistas britânicos, Correspondência, Sociedade britânica e Estrangeira antiescravidão.

*ABSTRACT* – The relationship established between Joaquim Nabuco and the British and Foreign Anti-slavery Society (currently named Anti-Slavery International) is a little studied aspect of the struggle to abolish slavery in Brazil. The correspondence between Nabuco and Charles Harris Allen, Secretary of the Society, and other British abolitionists throughout the decade of the 1880s and beyond reveals a partnership consciously sought by Nabuco with the aim of internationalizing the struggle. These letters provide a unique insight into the evolution of Nabuco's thinking on both slavery and abolition, the difficulties he faced, including the accusation of lack of patriotism, and the powerful support he found in London. At the same time they offer a running commentary on the slow and (at least until 1887-8) uncertain progress of the abolitionist cause in Brazil.

*KEYWORDS*: Slavery, Brazil, Joaquim Nabuco, Abolitionism, British Abolitionists, Correspondence, British and Foreign Anti-Slavery Society.

*Leslie Bethell* é professor emérito de História da América Latina na Universidade de Londres, *fellow* emérito do St. Antony's College e ex-diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, pesquisador associado do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas e membro estrangeiro da Academia Brasileira de Ciências.

@ – leslie.bethell@sant.ox.ac.uk

*José Murilo de Carvalho* é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras. @ – jmurilo@centroin.com.br

Recebido em 14.10.2008 e aceito em 15.11.2008.